



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

### **EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 4.372 DE 2012**

Suprime o art. 39 do Projeto de Lei nº 4.372 de 2012.

#### **EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 39 do Projeto de Lei.

#### **JUSTIFICATIVA**

Autorizar, credenciar, recredenciar instituições de ensino e zelar pelo cumprimento das normas gerais da educação nacional constitui obrigação constitucional do Poder Público, sendo atividade inerente do Estado, que detém, em decorrência, o poder de polícia. Inadmissível, pois, cobrar taxa pelo exercício de poder que lhe é inerente e obrigação constitucional.

Em se tratando de instituição pública, a União já dispõe de quadro funcional, mantido por recursos oriundos dos tributos; a aplicação em escola privada se caracteriza como discriminação.

Admitir a cobrança equivale à permissão para estabelecer taxa para manutenção de Forças Armadas, polícia e instituições governamentais.

Sala da Comissão, em                      de novembro de 2013.

---

**Deputado ANDRÉ MOURA**  
**PSC / SE**

**\*3D28418145\***  
**3D28418145**